

# economia

## Leite descarta perda de aporte bilionário da CMPC no Estado

Projeto de nova fábrica de celulose é alvo de ação judicial do MPF

/ INDÚSTRIA

Gabriel Margonar e Laura Richa  
economia@jornaldocomercio.com.br

Um ato em defesa do projeto bilionário de uma nova fábrica de celulose da CMPC voltou a mobilizar lideranças políticas e empresariais ontem, em Porto Alegre. Durante a mobilização realizada na Praça da Matriz, em frente ao Palácio Piratini, o governador Eduardo Leite reafirmou apoio ao empreendimento de R\$ 27 bilhões da CMPC, que prevê a instalação de um complexo fabril de celulose em Barra do Ribeiro, e voltou a contestar os questionamentos apresentados pelo Ministério Público Federal (MPF) ao processo de licenciamento ambiental.

A mobilização reuniu prefeitos, vereadores, representantes da Associação dos Municípios da Região Costa Doce, empresários, deputados estaduais e integrantes do governo estadual. O objetivo foi demonstrar apoio ao projeto em meio ao impasse judicial que envolve sua liberação.

Durante o evento, Leite afirmou que todas as exigências previstas no processo de licenciamento vêm sendo atendidas, inclusive aquelas relacionadas ao componente indígena. “O procurador da República, do Ministério Público Federal, tem uma interpretação diferente de que esse componente indígena deve atender um espectro maior dos indígenas no Estado. Nós divergimos dessa interpretação, ela está diferente do que a legislação exige”, disse. O governador também ressaltou que cabe à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) analisar a questão e que a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) aguarda uma manifestação do órgão para concluir a análise do processo. Sobre a possibilidade de o investimento ser direcionado para outro estado ou país diante da demora na definição do licenciamento, Leite descartou essa hipótese.

“Não trabalho com a hipótese de o Rio Grande do Sul perder esse investimento. Nós trabalhamos muito para trazer esse investimento para cá e vamos continuar trabalhando do jeito certo, fazendo a coisa certa para o investimento”, declarou o governador.



Evento em defesa da iniciativa reuniu diversas autoridades na Praça da Matriz

O prefeito de Barra do Ribeiro, João Francisco Silva Feijó, um dos organizadores da mobilização, afirmou que o ato buscou reforçar junto às lideranças políticas estaduais a importância do empreendimento para a região e demonstrar o apoio da população à instalação da fábrica.

Segundo ele, a iniciativa surgiu a partir de uma demanda da comunidade local, que vê no projeto uma oportunidade de transformação econômica para o município e para a Costa Doce. “Nossa principal motivação foi atender a um anseio da comunidade. Barra do Ribeiro é considerada uma cidade-dormitório, com baixa arrecadação, e a população vinha nos cobrando que fizéssemos algum movimento em defesa do Projeto Natureza (nome oficial do empreendimento da CMPC). Esse é um projeto que beneficiará não apenas Barra do Ribeiro, mas toda a região da Costa Doce, com geração de empregos, renda e desenvolvimento econômico”, afirmou o prefeito.

Durante a agenda, representantes do movimento se reuniram com o governador Eduardo Leite, o vice-governador Gabriel Souza, e o presidente da Assembleia Legislativa, Sérgio Peres. De acordo com Feijó, o objetivo foi demonstrar às autoridades estaduais a relevância do investimento para a Costa Doce e para o Rio Grande do Sul.

O prefeito afirmou ainda que, assim como o Estado, o município está otimista quanto à concretização do empreendimento. Segundo ele, projeções da administração municipal apontam para um crescimento de aproximada-

mente 295% na arrecadação entre 2024 e 2030 caso o projeto seja implementado.

“Esse projeto será um divisor de águas para Barra do Ribeiro. Nossa renda per capita aumentará, assim como o PIB. Com mais arrecadação, poderemos ampliar investimentos em áreas essenciais e oferecer mais serviços à população”, disse.

O Projeto Natureza prevê a construção de uma nova fábrica com capacidade estimada para produzir 2,5 milhões de toneladas anuais de celulose, além da integração com um novo terminal no Porto de Rio Grande. Caso seja concretizado, será o maior investimento privado da história do Rio Grande do Sul. O avanço do empreendimento, porém, depende da conclusão do processo de licenciamento ambiental. Uma ação civil pública movida pelo MPF questiona a suficiência dos estudos apresentados pela empresa e sustenta que os potenciais impactos ambientais e sociais sobre comunidades tradicionais da região exigiriam uma análise mais ampla.

Segundo o órgão, o projeto deveria passar por um processo de Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI) envolvendo comunidades indígenas, pescadores artesanais e grupos quilombolas potencialmente impactados, conforme prevê a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário.

A CMPC, por sua vez, sustenta que o licenciamento vem sendo conduzido em conformidade com a legislação brasileira e com acompanhamento dos órgãos técnicos competentes, incluindo a Funai.



**Gerson Anzzulin**  
atencaonoseguro@gmail.com

**Atenção no seguro**

INFORME PUBLICITÁRIO

### Alinhamento estratégico

A Confederação Nacional das Seguradoras realizou um encontro no dia 09 de junho, em Brasília, com os presidentes e representantes regionais dos sindicatos das seguradoras.

A proposta da reunião foi a de buscar uma aproximação com as lideranças regionais visando sintonizar as ações da Confederação com a realidade de cada região e fortalecer o ecossistema segurador, considerando a capilaridade e o conhecimento dos SindSegs.

A atenção que deve ser dada aos Estados e Municípios quanto aos mecanismos de seguro garantia, a infraestrutura para obras e de mitigação climática nas localidades em que os SindSegs atuam e a orientação sobre as diretrizes e aplicações da Nova Lei de Seguros (Lei nº 15.040/2024), foram pautas abordadas no evento.

Também foram temas de debates as frentes de atuação para expandir o acesso à educação financeira e securitária e os projetos voltados à inclusão da educação financeira em escolas públicas de ensino fundamental e médio, da inclusão no mercado de trabalho de jovens em situação de vulnerabilidade e os de apoio à permanência de alunos em cursos de atuação nas universidades públicas brasileiras.

O presidente da CNseg, Dyogo Oliveira, ressaltou a importância do trabalho conjunto da entidade com os sindicatos regionais e lembrou que a conjunção de esforços fortalece o mercado segurador e evidencia sua importância para a sociedade brasileira. Também participaram do encontro o presidente do Conselho Diretor da CNseg, Roberto Santos, a Diretora Jurídica, Glauce Carvalhal, o Diretor de Relações Institucionais, Hailton Madureira, e o Diretor de Assuntos Corporativos, André Nunes.

O presidente do Sindivvato das Seguradoras do Rio Grande do Sul, Ederison Daronco, disse que a iniciativa foi importante no sentido do alinhamento das pautas comuns de atuação dos SindSegs e da CNseg, como o Seguro Garantia com cláusula de retomada, educação financeira e securitária e a nova Lei dos Contratos de Seguros.



Presidente do SindsegRS, Ederison Daronco

Posteriormente à reunião no escritório da Confederação, os representantes dos Sindicatos estiveram na sede da UNICEF para acompanhar o lançamento do curso Novas Trilhas em Educação Financeira. A iniciativa é uma parceria do Fundo das Nações Unidas para a Infância e a CNseg com o objetivo de fortalecer a qualidade da educação de crianças e adolescentes e promover habilidades fundamentais para a transição para o mundo do trabalho, com foco na temática da educação financeira.

#### Lembrete

O seguro viagem garante indenização no caso da ocorrência de risco coberto relacionado a uma viagem de longa ou curta duração, seja no Brasil ou em uma viagem internacional. Essa indenização é limitada no valor do capital segurado contratado e poderá ser recebida na forma de pagamento do valor contratado, reembolso ou de prestação de serviço.

**Proteção** começa sempre com **informação.**

Siga o SINDSEGRS nas redes sociais para conhecer tudo sobre o Mercado Segurador, de forma didática e envolvente.

SindsegRS. 130 ANOS